

A CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO/MEC/2019

THE CONCEPT OF LITERACY IN THE *POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO/MEC/2019*

Sara Mourão Monteiro

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG)
mourao.sara@gmail.com

Este texto analisa a perspectiva conceitual de alfabetização adotada no documento *Política Nacional de Alfabetização* (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Para isso, tomou-se como referência a discussão sobre os conceitos de alfabetização e de literacia no segundo item do documento.

Quando são apresentados os fundamentos e princípios da PNA, ressalta-se que não se tem no país uma compreensão objetiva do processo de alfabetização.

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando em confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. (BRASIL, 2019, p.18)

No entanto, o paradigma educacional de alfabetização adotado no país, e reconhecido internacionalmente, há pelo menos duas décadas, tem tratado a aprendizagem da língua escrita a partir da compreensão de dois processos distintos, mas indissociáveis: a alfabetização e o letramento. Para melhor compreensão desse paradigma, podemos recorrer a três publicações da professora Magda Soares. A primeira delas é o livro *Letramento: um tema em três gêneros*, publicado no ano de 1998, no qual o conceito de letramento é abordado sistematicamente no campo educacional, com um capítulo dirigido à formação das/os alfabetizadoras/es. Vemos que, na página 47, já se apresenta a distinção entre os termos alfabetização e letramento, dando-se ênfase às ações pedagógicas implicadas nesse paradigma educacional:

Alfabetização: ação de ensinar a ler e a escrever. Letramento: estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. [...] Assim, teríamos

alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria *alfabetizar letrando*, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado*. (SOARES, 1998, p.47, grifos da autora)

No ano de 2004, a autora publica o artigo *Letramento e Alfabetização: as muitas facetas*, anteriormente apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, em outubro de 2003. Este artigo representou um marco no movimento em curso nas comunidades acadêmica e escolar, no que diz respeito à especificidade da alfabetização junto aos avanços promovidos pela introdução do novo paradigma no campo do ensino da língua escrita. A retomada da especificidade da alfabetização era um caminho natural a ser seguido na segunda metade dos anos 2000. No entanto, a professora Magda Soares nos deixou um alerta sobre a ineficácia do retorno a orientações metodológicas que negligenciam a natureza social, cultural e cognitiva da aprendizagem da língua escrita:

É o que estou considerando ser uma *reinvenção* da alfabetização que, numa afirmação apenas aparentemente contraditória, é, ao mesmo tempo, *perigosa* – se representar um retrocesso a paradigmas anteriores, com perda dos avanços e conquistas feitos nas últimas décadas – e *necessária* – se representar a recuperação de uma faceta fundamental do processo de ensino e de aprendizagem da língua escrita. (SOARES, 2004, p.11, grifos da autora)

Mais de uma década depois, a publicação do livro *Alfabetização: a questão dos métodos* (SOARES, 2016) representou outra vez o paradigma pedagógico observado nas últimas décadas na produção acadêmica da área de Educação e nos programas de âmbito federativo para a formação docente (Pró-Letramento e PNAIC), pautando-se na definição da aprendizagem da língua escrita como processo que se desenvolve por meio de

[...] três objetos de conhecimento diferentes na composição do processo de aprendizagem inicial da língua escrita, objetos a que correspondem domínios cognitivos e linguísticos distintos e, consequentemente, três categorias de competências a serem desenvolvidas: se se põe o foco na faceta *linguística*, o objeto de conhecimento é a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e das convenções da escrita, objeto que demanda processos cognitivos e linguísticos específicos e, portanto, desenvolvimento de estratégias específicas de aprendizagem e, consequentemente, de ensino – neste livro, a alfabetização. Se se põe o foco na faceta *interativa*, o objeto são as habilidades de compreensão e produção de textos, objeto que requer outros e diferentes processos cognitivos

e linguísticos e outras e diferentes estratégias de aprendizagem e de ensino. Finalmente, se se põe o foco na faceta *sociocultural*, o objeto são os eventos sociais e culturais que envolvem a escrita, objeto que implica conhecimentos, habilidades e atitudes específicos que promovam inserção adequada nesses eventos, isto é, em diferentes situações e contextos de uso da escrita. (SOARES, 2016, p.29, grifos da autora)

Não se pode, portanto, afirmar que o termo alfabetização vem sendo empregado de “modo impreciso”, resultando em “confusão pedagógica”. Ao contrário disso, defende-se a especificidade da alfabetização (faceta linguística), sem, contudo, desconsiderar o avanço teórico e metodológico da introdução do conceito do letramento (facetas interativa e sociocultural) nas propostas pedagógicas.

A PNA está fundamentada teoricamente nas ciências cognitivas, com ênfase na Ciência Cognitiva da Leitura, para fomentar a prática de ensino da língua escrita. Essa área do conhecimento é uma importante referência para o encaminhamento das práticas pedagógicas na fase inicial da aprendizagem da língua escrita. No entanto, partimos do pressuposto de que a ação pedagógica não pode ser promovida a partir de um único referencial teórico, como também os seus resultados não podem ser assim analisados.

Adotando apenas uma área do conhecimento como orientadora da prática escolar de alfabetização, corre-se o risco de transformar o ensino nas escolas públicas em orientações limitadas dos processos de aprendizagem dos alfabetizandos, fazendo ressurgir parâmetros de sucesso e/ou de fracasso escolar que historicamente foram ineficazes tanto para explicar o fenômeno da alfabetização quanto para promover a qualidade da educação.

Vale ressaltar ainda que, desconsiderando as áreas das ciências linguísticas e pedagógicas, a PNA restringe as possibilidades da ação educativa nas escolas quando desvincula o ensino explicitamente voltado para o desenvolvimento de habilidades de consciência fonêmica e da decodificação de palavras (BRASIL, 2019, p.28) de outras dimensões da aprendizagem da língua escrita, que também devem estar presentes na prática pedagógica de forma explícita e sistemática.

Ao pretender “alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente” (BRASIL, 2019, p.21) com o uso do termo *literacia*, a política acaba produzindo um discurso contraditório na definição do objeto de aprendizagem na alfabetização. O termo é definido como

o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva. Pode compreender vários níveis: desde o mais básico, como o da *literacia emergente*, até o mais avançado, em que a pessoa que já é capaz de ler e escrever faz uso produtivo, eficiente e frequente dessas capacidades, empregando-as na aquisição, na transmissão e, por vezes, na produção do conhecimento. (BRASIL, 2019, p.21).

No entanto, a ilustração dos diferentes níveis de literacia apresentada logo abaixo dessa definição se apoia em componentes e processos próprios da alfabetização – como o desenvolvimento da consciência fonológica, das habilidades de leitura e de escrita (de palavras e de textos) e da fluência em leitura oral –, o que torna incoerente a afirmação de que literacia “consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado” (BRASIL, 2019, p.18).

Ao tratar das práticas de literacia familiar, a proposta destaca que “programas e ações de literacia familiar” são “medidas preventivas do insucesso escolar” implementadas em diversos países europeus, com ênfase nos benefícios para as famílias de nível socioeconômico mais baixo. No entanto, a despeito dos bons resultados encontrados na realização de programas de incentivo à participação da família no processo de alfabetização das crianças, o relatório *Family literacy in Europe: using parental support initiatives to enhance early literacy development* (2011) aponta, como grande lacuna nos trabalhos científicos sobre a temática, a falta de dados precisos sobre quando, onde e para quem os programas de alfabetização familiar são eficazes. Além disso, há estudos que indicam ganhos diferenciados para os resultados no processo de aprendizagem, se considerado o nível socioeconômico das famílias.

Vale ressaltar, ainda, que no Brasil não há estudos científicos suficientes sobre os programas de alfabetização familiar, e também não são conhecidos projetos ou experiências sistemáticas desse tipo de programa em redes públicas de ensino. Portanto, não há evidências robustas para se adotar tal proposta em uma ampla política de alfabetização.

Por fim, uma política desalinhada do movimento histórico no campo educacional do país e baseada em evidências não consolidadas – portanto, apoiada apenas em uma visão ingênua da aprendizagem da linguagem escrita – pode trazer à tona ideias e problemas educacionais, predominantes nas décadas de 1960 e 1970, gerados pela crença de que o fracasso na alfabetização das crianças que frequentam as escolas públicas está associado à estrutura e ao desinteresse de suas famílias.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p.
- CARPENTIERI, J. et al. *Family literacy in Europe: using parental support initiatives to enhance early literacy development*. London: NRDC, Institute of Education, 2011.
- SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Magda Becker. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação, n. 25, p. 5-17, jan./fev./mar./abr. 2004. http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf/&sa=U&ei=F0-WU_OPOivPK78gBg&ved=0CDEQFjAF&usg=AFQjCNH1FnkSbp6dZ_ZXp35z9zDVrmSYQw

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.